

Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história

Salesianos missionaries and the indigenous school education in Mato Grosso: a century of history

Maria Guiomar Carneiro Tomazello ¹
Edmilson Tadeu Canavarros ²

Resumo

O artigo, ao resgatar a história da educação indígena conduzida pelos Missionários Salesianos desde o início do século passado até o momento atual, no Estado do Mato Grosso, tem como objetivo refletir sobre essa experiência e sobre o papel dos dirigentes de escolas indígenas e assessores nos projetos de educação.

Palavras-Chave: Educação Indígena, Xavante, Missão Salesiana

Abstract

The article, when rescuing the history of the aboriginal education lead by the Salesianos Missionaries since the beginning of the century passed until the current moment, in the State of the Mato Grosso, has as objective to reflect on this experience and the paper of controllers of the aboriginal and assessor schools in the education projects.

Keywords: Aboriginal Education, Xavante, Salesiana Mission

-
- 1 Doutora em Ciências (Tecnologia Nuclear) pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é professora titular da Universidade Metodista de Piracicaba, onde trabalha desde 1978. Tem experiência na área de Educação, atuando como professora de física básica em cursos de graduação-engenharia, licenciatura, farmácia e ciência da computação e como professora/pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep. Tem trabalhado com os seguintes temas: educação ambiental; relações Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente CTSA; ensino-aprendizagem de ciências e formação de professores. Endereço profissional: Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Ciências Exatas e da Natureza. Rodovia do Açúcar km 15613400-911 - Piracicaba, SP – Brasil. Telefone: (19) 31241684 Fax: (19) 31241617. E-mail: <mgtomaze@unimep.br>.
 - 2 Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2005). Tem experiência na área de Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Ambiental, Educação Indígena, Xavante, Formação de professores. End. Universidade Metodista de Piracicaba.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 18	n. 36	p. 181-197	jan./abr. 2009
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história

Falar em educação indígena em nosso país significa retornar à história e nesta reconhecer as inúmeras lutas, vitórias e também muito sofrimento e morte. É quase impossível falar em povos indígenas³ sem adentrar nas questões que os marcaram a partir do ano de 1500, quando os colonizadores por aqui chegaram e, juntamente com eles, o sistema tradicional da Igreja, através de suas Ordens e Congregações religiosas, que propuseram evangelizar os povos, impondo não só sua própria cultura também um sistema de viver e celebrar a fé. Isso resultou na destruição das culturas indígenas e de suas religiões marcando, assim, uma presença expressiva e atuante na História do Brasil desde suas origens.

Logo após a chegada de Cabral ao Brasil, há mais de 500 anos, viviam por aqui cerca de 10 milhões de índios, que falavam mais de 1.200 línguas diferentes. Hoje, embora a população indígena esteja em crescimento, vários povos estão correndo risco de extinção, principalmente as pequenas tribos. Atualmente, a população indígena está calculada em apenas 550 mil pessoas. Sobraram menos de 180 línguas, sendo que somente 40 mil pessoas as dominam (PRÔSPERO, 2004.)

Assim, a educação escolar indígena no Brasil teve início com o estabelecimento dos colonizadores portugueses em terras brasileiras que colocaram em ação, a partir desse momento, uma política educacional para os povos indígenas, calcada nos preceitos educacionais do mundo ocidental. Tal postura etnocêntrica legitimava a atuação civilizatória com o objetivo de integrar o índio à sociedade ocidental e cristã de então. Até a época de Marquês de Pombal, coube aos missionários religiosos a tarefa educacional e civilizatória, que implementou entre os povos indígenas uma ação educacional fundamentada na prática da catequese. Do ponto de vista da política colonial, o propósito era o de submeter os índios aos ditames da metrópole portuguesa, de modo a integrá-los como mão-de-obra-escrava. A legislação indigenista neste período refletiu tal aspecto e teve por base os problemas relativos à escassez de mão-de-obra, permitindo a captura e a escravização do índio.

3 Sabe-se que o termo “índio” é antes uma categoria colonial porque os espanhóis, que chegaram por primeiro a este continente, começaram a chamar assim os habitantes dele por achar que haviam chegado à Índia. Mas sob esta denominação, há grupos étnicos muito diferentes. É índio aquele que se sente pertencer a uma comunidade indígena, e é comunidade indígena aquela em que predominam elementos somáticos não europeus, que fala de preferência uma língua indígena, que possui em sua cultura material e espiritual elementos indígenas em forte proporção e que, por último, tem um sentido social de comunidade isolada dentro de outras comunidades que a rodeiam, que a faz distinguir a si mesma também dos povos brancos e mestiços. Esta definição é uma combinação de quatro critérios: a raça, a cultura, a língua e a consciência de grupo.

Chegaram às “novas terras” nas primeiras expedições dos colonizadores, antes, inclusive, de aqui chegar e se firmar a Igreja hierárquica. No decorrer da história do país, desenvolveram um trabalho apostólico amplo e pluriforme, que alcançou todas as regiões do imenso território e os diferentes setores da sociedade, nas mais diversificadas áreas de atuação. Ainda que expostas às vicissitudes e ambigüidades da história, constituíram, sem dúvida, sobretudo em momentos de crise e convulsões sociais, um espaço de profecia e liberdade evangélicas.

É altamente significativa tanto do ponto de vista numérico quanto qualitativo a presença da Vida Religiosa Consagrada (VR) na Igreja e na sociedade do Brasil ao longo de cinco séculos de nossa história. Matos (2001) afirma que em meados do século XVI chegam à Terra de Santa Cruz os Jesuítas, como “missionários da Coroa”, para dar assistência religiosa aos colonos brancos e iniciar a “catequese” dos aborígenes. Atuaram dentro dos limites impostos ao projeto Colonial Português. Foram expulsos em 1759, por ação do Marquês Pombal, retornando clandestinamente no período imperial, em 1842.

Ao lado da Companhia de Jesus, marcam presença no Brasil português as Ordens religiosas de Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos e Mercedários. No período colonial encontramos uma notável variante de Vida Consagrada no fenômeno dos Ermitães, Beatos e Beatas, como também na fundação de Recolhimentos. Trata-se de uma VR leiga, profundamente inserida na realidade, particularmente do povo sofrido. Também deve ser mencionada a importância de Irmandades (Confrarias) e Ordens Terceiras, lugares privilegiados para o florescimento da religiosidade popular, sobretudo na região das Minas Gerais (MATOS, 2001).

Durante os 67 anos de Império (1822-1889), foi adotada uma política contraditória em relação à VR: de um lado, as antigas Ordens são condenadas à extinção, de outro, o governo convida Congregações “ativas” a se estabelecer no Brasil. O desprezo pelas Ordens que vem do período colonial deve-se ao seu riquíssimo patrimônio, cobiçado pelo poder público, e também ao preconceito de se tratar de religiosos “socialmente inúteis” (MATOS, 2001). Os religiosos de “vida apostólica”, entre os quais encontramos Lazaristas, Capuchinhos, Salesianos (estes já no fim do Império), Filhas da Caridade, Irmãs de São José de Chambéry, Dorotéias, são valorizados por poderem prestar “serviços úteis” à nação: educação, saúde “civilizar” índios⁴, tomar conta de regiões afastadas e fronteiriças etc., com

4 O Império consolidou uma idéia do índio incapaz mental e juridicamente, declarando, por decreto (1845), o seu caráter de orfandade, o que lhes dava o direito de tirar grande parte de suas terras e justificava uma política paternalista que os tratava como crianças.

poucas despesas para o governo (MATOS, 2001). O processo de independência e o advento do Império no Brasil não trouxeram mudanças significativas na área educacional em relação ao período colonial. A educação continuou sendo realizada nos moldes tradicionais da catequese e da civilização, sob a tutela da Igreja católica, que resultou mais tarde em agrupamentos dos índios, facilitando com isso a apropriação de suas terras.

Desde o início do século passado (1904, em Sangradouro/MT, com os Bororo, e mais tarde com os Xavante, em 1954), os Salesianos desenvolvem projetos educativos. Pelo fato de um dos autores ser um padre Salesiano e ter contato com as aldeias, interessou-nos resgatar a história da educação indígena conduzida por estes missionários, desde o início do século passado até o momento atual, no estado do Mato Grosso, com o objetivo de refletir sobre essa experiência e sobre o papel dos dirigentes de escolas indígenas e assessores nos projetos de educação.

A Missão Salesiana no Estado de Mato Grosso

Essa história é longa e se insere no projeto amplo e global da Missão Salesiana em Mato Grosso com os povos indígenas deste Estado. De início, o trabalho foi desenvolvido entre os Bororo e somente anos mais tarde, por necessidade, não por escolha dos Salesianos em sua concretização, também com o povo Xavante, que escolheu os missionários com intenção de sobreviver ao extermínio praticado por parte da sociedade conquistadora. Esse projeto, hoje, segue uma metodologia conforme o “Diretório para a Atividade Missionária da MSMT (Missão Salesiana de Mato Grosso) e da INSP (Inspetoria Nossa Senhora da Paz).”

Segundo Ribeiro (1996), em 1894, depois de uma constatação de fracasso das colônias militares, extintas, o governo de Mato Grosso entregou aos Salesianos a Colônia Tereza Cristina, onde tomaram posse no ano seguinte, sendo o grupo de salesianos integrado por três irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) (CORAZZA, 1995).

Duroure (1977) relata que a Colônia Tereza Cristina contava também com um destacamento militar com seus cinquenta soldados. Era uma situação delicada para se equacionar: missionários e militares tendo como destinatários os mesmos índios Bororo, naturalmente com objetivos diferentes. Procurou-se resolver o problema colocando os soldados sob o comando dos missionários. Mas os interesses da política de Cuiabá e incompreensões surgidas durante a ausência da direção, que tinha ido à Europa, contribuíram para o afastamento dos salesianos, em novembro de 1898. Com a mudança da política em Cuiabá, foi feita novamente a mesma oferta aos salesianos, que, porém, já tinham decidido estabelecer-se autonomamente.

Aos 18 de janeiro de 1902, os salesianos, as irmãs Filhas de Maria Auxiliadora e um grupo de voluntários chegaram ao posto telegráfico dos Tachos, para aí se estabelecer levando a catequização dos Bororo. Mas estes estavam espalhados por toda aquela região. Tudo foi preparado para ser um centro missionário dos Bororo, mas nenhum deles foi visto, por meses. Só em agosto daquele ano apareceu o primeiro grupo de Bororo para discutir com os missionários uma aproximação e a possibilidade de eles morarem juntos. Essa primeira residência teve, no decorrer dos anos, várias filiais na região, sendo que a própria sede, no começo dos anos trinta, foi transferida para Meruri, a seis quilômetros de distância, onde hoje ainda se encontra a missão Sagrado Coração.

Meruri está distante a quatrocentos quilômetros de Cuiabá e, naquele tempo, de difícil acesso da sede da Missão Salesiana de Mato Grosso, e as expedições com tropas de animais precisavam de um posto de apoio em suas caminhadas durante semanas para alcançar a missão entre os Bororo. Por isso, em 1906, os superiores dos missionários compraram a fazenda Sangradouro Grande, a cento e vinte quilômetros de Meruri, para servir de apoio à missão e para ser um novo centro missionário da região (MENEZES, 1985).

Desde o início da missão entre os Bororo, nas secas prolongadas de até mais de quatro meses, apareciam grupos dos terríveis Xavante, que em suas expedições de caça percorriam toda aquela região, provindo de suas aldeias, além do rio das Mortes. Não só caçavam com fogo, mas, não raro, levavam tantas coisas que encontravam ao se aproximar, às escondidas, de Bororo e não-índios, quando tal encontro não resultava em desavenças conflitivas. Embora os Salesianos já pensassem em estender sua atividade missionária a outras tribos, quiseram responder às exigências presentes e conceberam a idéia de uma atividade missionária com os Xavante.

Os missionários salesianos desceram de barco pelo rio Araguaia, saindo de Araguaiana, sede da prelazia, até Mato Verde distante mil e quatrocentos quilômetros, onde estavam fundando um centro missionário entre os índios Carajá. Mais tarde, subiram de volta pelo Araguaia e entraram pelo rio das Mortes até ao rancho de Santa Terezinha (cerca de mil quilômetros), para, daí, atrair os Xavante. Malária e outras moléstias dificultaram o desempenho do ardor missionário, resultando até na morte de um deles, quando de volta a Araguaiana, para se curar. Os padres, com outros auxiliares sertanistas e um bororo, subiam e desciam pelo rio das Mortes à procura dos Xavante. Estes, porém, como nos contam hoje, achavam aqueles homens vestidos de branco diferentes dos outros: não cavavam na terra (garimpo), caçavam um pouco, mas não disparavam suas armas. Eram, portanto, observados de longe, mas os missionários não os viam.

No dia 1º de novembro de 1934, a duzentos e sessenta quilômetros de Santa Terezinha, conseguiram avistar um primeiro grupo de Xavante, na beira do rio, ao cair da tarde. Encostaram o barco e subiram no barranco alto, de uns doze

metros, onde se deu o encontro com o grupo. Tratava-se de um grupo de jovens recém-iniciados que tinha saído para fazer suas aventuras de caça e conflito com os “brancos.” Eis tão propícia ocasião! Os “brancos” vinham até procurá-los! A falta de conhecimento da língua, alguma tentativa de entendimento na língua dos Carajá, inimigos dos Xavante, a prepotência dos jovens guerreiros, após pouca conversa, os dois missionários caíram sob as bordunas dos terríveis guerreiros. (GIACCARIA; HEIDE, 1972). Os companheiros aguardaram o amanhecer para constatar o desastre e, em seguida, sepultar os corpos dos missionários (LACHNITT; MACIEL 1996, SILVA apud CUNHA, 1992).

Segundo Lachnitt e Maciel (1996), apesar dessa tentativa ter falhado, os salesianos não desistiram dos seus intentos de aproximação. Um novo grupo de missionários e outros voluntários assumiram o mesmo trabalho, no ano 1937. Conseguiram, sob muita cautela, trocar presentes com alguns Xavante, nas margens do rio das Mortes. Contatos posteriores com outros grupos seguiram-se até 1956, quando os Xavante se aproximaram de Meruri e Sangradouro.

Segundo o diário de Me. Francisco Fernandes (LACHNITT; MACIEL, 1996), a partir da residência salesiana de Xavantina, os padres salesianos tiveram contatos esporádicos com os Xavante, entre os anos 1951 e 1953. A região apresenta um clima insalubre devido às enchentes anuais, com malária. Conflitos entre grupos Xavante, por razões internas e fomentadas por agentes externos, resultaram num ataque de guerra aos Xavante da missão, perpetrada por outro grupo rival da mesma etnia, em abril de 1959. Estes, porém, conseguiram rechazar os atacantes, ferindo alguns deles. Mas, por medo de um ataque de vingança posterior, abandonaram a missão e os missionários. Sem destinatários, foi fechada definitivamente aquela missão em 1962.

Segundo Mayburry-Lewis, (1984) em 1956 chegaram os Xavante em Meruri, escurraçados pelos habitantes da região e cobertos de epidemias, para o espanto dos Bororo. Sendo curados de suas doenças, continuaram em Meruri, o que, no entanto, resultou em freqüentes conflitos com os Bororo. Foram então levados ao Córrego Fundo, a cerca de quinze quilômetros de distância, e aí construíram sua aldeia. Mas era perto demais para aqueles viajantes profissionais nos cerrados, e os conflitos continuavam.

Tendo à frente dois salesianos, o grupo se afastou então até o fim do território concedido pelo governo aos índios Bororo e, aos 25 de abril de 1958, foi fundada a missão de São Marcos, que até hoje é um centro missionário para os Xavante. Um grupo rival, procedendo de sua aldeia do lugar hoje Novo São Joaquim, que se recusava ir a São Marcos, dirigiu-se a Sangradouro, lugar por eles já observado há anos, acolhido pelos missionários em 1957 e onde até hoje, ao lado de um pequeno grupo de Bororo, há a aldeia dos Xavante, outro centro missionário para aquela nação (SILVA, apud CUNHA, 1992).

Sangradouro contou desde então com um grupo de Bororo, que residia na proximidade da missão, como um grupo de caboclos e um posto telegráfico. Mantinha-se, desde então, um internato para os filhos da população envolvente não-indígena, tanto para os meninos, como para as meninas, sob a direção das irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (FMA).

A partir de 1957, a escolarização dos Xavante em Sangradouro foi predominantemente baseada num ensino tradicional, no início, com a proposta do internato, de 1957 a 1973, muito usual na época.

Como afirma Lachinitt (1988, p. 45):

Aliás, a bem da verdade seja dito que o internato dos Xavante não partiu de iniciativa dos missionários, em Sangradouro. Ao chegarem os Xavante em Sangradouro, encontraram lá o internato para filhos de gente da redondeza, desde Barra do Garças até Cuiabá e Rondonópolis. Até que certo dia os missionários encontraram também os filhos dos Xavante junto com os “civilizados”. Como explicam os Xavante, viam no internato dos salesianos um sistema de educação parecido com os deles: o de separarem os adolescentes da comunidade antes da iniciação, para serem educados pelos padrinhos.

Entretanto, para Melià (1999, p. 16), os internatos preparavam o indivíduo mais para si do que para a comunidade, acarretando a saída dos jovens da comunidade. Ainda hoje, a escola tende a levar o índio para o individualismo, acabando tanto a alteridade quanto à diferença. *Um índio ou uma índia individuais tornam-se um índio ou uma índia, algo genérico, sem passado, presente, nem futuro.*

Na Colônia Tereza Cristina, entre anos de 1895 a 1898, os missionários Salesianos e as Filhas de Maria Auxiliadora fizeram seu primeiro contato com a educação indígena, através de uma escola existente na Colônia, porém, devido a tantos conflitos internos, foram obrigados a deixar a Colônia e a escola. Sendo assim, em 1902 os salesianos instalaram uma missão própria em outras aldeias Bororos, implantando sua primeira escola entre os indígenas e, posteriormente, entre os índios Xavantes, a qual se mantém até os dias atuais (CAMARGO, 2001).

Uma segunda vertente educacional dirigida às populações indígenas em Mato Grosso foi introduzida pelos militares positivistas⁵, capitaneados pelo marechal

5 O positivismo baseava-se no evolucionismo de Comte, para quem todo objeto natural tem uma alma, um espírito, a *anima*. Os índios estariam nesse primeiro passo da evolução, ainda não capazes do pensamento racional, porque não conheciam o princípio da causalidade. Mas poderiam evoluir e passar de um estágio a outro por meio da educação. (CAMARGO, 2003).

Cândido Rondon e pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁶, pressionados pelas denúncias de uma política de extermínio que circulava em âmbitos internacionais. Utilizando-se da instalação, das principais estações telegráficas, a partir de 1910, foram mantidas em funcionamento diversas escolas destinadas aos índios Bakairi, Bororo, Pareci, Nambikwara, filhos dos trabalhadores das linhas e administradores dos postos indígenas (BIGIO, 2000).

A partir da década de 30, seguindo no rastro da linha telegráfica de Rondon (já em plena decadência), duas novas instituições religiosas, os missionários salesianos e os missionários norte-americanos, passaram a disputar o controle educacional e religioso dos povos indígenas da região. Os missionários da *Irland South American Union* (ISAMU) marcaram presença entre os Nambikwara, e os Utiariti (1930-1946) estabeleceram a hegemonia nas escolas, na saúde, na economia, de diversos povos indígenas do médio-norte do Estado.

A partir dos anos 60, missionários evangélicos de diferentes confissões voltaram a atuar pontualmente com a educação escolar, quase sempre associada a trabalhos lingüísticos e de tradução de textos religiosos. Destacam-se as atividades do *Summer Institute Linguistics*⁷ ou Sociedade Internacional de Lingüística (SIL), com os Nambikwara, Pareci, Rikbaktsa, Carajá, Xavante, Bakairi e Waurá.

Nas décadas de 1970 e 1980, outras agências entraram no cenário da educação escolar indígena. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁸ incrementou a oferta de educação escolar para os povos do Xingu e em aldeias Nambikwara, Bakairi, Pareci, Bororo e Xavante. Os indigenistas e missionários da OPAN -Operação Amazônia Nativa e do CIMI – Conselho Indigenista Missionário mantiveram atividades educacionais entre os índios Tapirapé, Carajá, Rikbaktsa e Myky. As prefeituras municipais contrataram professores e instalaram escolas no interior de diversas aldeias⁹.

6 Segundo Azzi (1999) em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), chefiado pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon - descendente de índios, que trabalhou durante anos para melhorar as condições de vida da população indígena brasileira - dando início ao período de pacificação dos índios e do reconhecimento do direito deles à posse da terra e de viver de acordo com os próprios costumes.

7 Orlandi (1987), através de uma análise de conteúdo, mostra a suprema ironia de um texto do Summer Institute of Linguistics (SIL): “Nós só levamos a palavra de Deus. Se eles (os índios) se desestruturaram, é obra de Deus. Nós não transformamos nada. Só Deus tem essa capacidade” (p. 13). Neste artigo, denominado “Os falsos da forma”, que se encontra na obra “Palavra, fé e poder”, a autora, com a sua competência crítica, teórica e política nos apresenta o destrato que foi essa aliança entre missionários e missões indígenas.

8 No ano de 1967, foi extinto o SPI, devido a inúmeras denúncias de irregularidades administrativas, após a saída do Marechal Rondon. No mesmo ano foi criada em seu lugar, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que procurou estabelecer uma política de respeito às populações indígenas através de normas de bom relacionamento entre o índio e a nossa sociedade.

9 Constatamos essa situação in CAMARGO; ALBUQUERQUE (2003, p.338-366).

Todas essas iniciativas, porém, desenvolveram-se de forma desarticulada quando não concorrentes. Era preciso, portanto, mudar essas práticas, avaliá-las, conferir-lhes um caráter de política pública, e encaminhá-las de forma que viessem a atender os interesses das populações atendidas. Com relação aos missionários salesianos, um vasto material foi produzido reconhecendo sua ação indigenista fora da vida dos índios, principalmente em relação à educação. *Pretendia-se formar os índios para outra sociedade que não fosse a dele, para uma futura nova sociedade, a cristã* (LACHINITT, 1988, p. 44).

A influência dos não-índios, os cristãos, nos 500 anos de colonização e evangelização foi tão forte sobre a cultura Xavante que, segundo Lachinitt (1988), estes índios, ao entrarem nas missões salesianas tomaram a decisão de se tornarem “brancos”, de abandonarem a sua indianidade. Até as próprias comunidades indígenas viam no ensino da língua Xavante uma pura perda de tempo. Os caciques queriam ver seus filhos iguais aos brancos. No final da década de 70, o ensino da língua materna já era uma prática na escola da Aldeia Indígena Meruri, escola também comandada pelos mesmos missionários salesianos.

Antes do Concílio Vaticano II (1962 -1965), a prática missionária dos salesianos e das FMA estava perfeitamente inserida no contexto social, político, econômico e eclesial da época. Eram tempos de conquista do interior do país e o índio dificultava a penetração. Necessário se fazia “pacificar” o índio e a catequese era o instrumento para submeter o índio. O índio devia tornar-se cidadão brasileiro como qualquer um, portanto, nada de particular. Devia “civilizar-se”. O índio, pela escola e catequese, devia tornar-se outro, não podia continuar índio. Também no contexto eclesial, os salesianos eram filhos do seu tempo. O índio devia “entrar na Igreja”, assumindo, com o evangelho, toda a prática cultural e vivencial proposta naqueles tempos. Não só os Bororo, mas também os Xavante, foram, de início, ainda catequizados nesse sistema. O ideal consistia em fazer do índio um cidadão e um cristão sem identidade própria, genérico, descaracterizado.

Uma nova visão de educação indígena

O Concílio Vaticano II, com toda a renovação que provocou na Igreja, atingiu também as missões salesianas, desencadeando um processo longo e sofrido de renovação da prática missionária. Morte e ressurreição começaram a tornar-se experiência da vida missionária até os dias de hoje. Os Salesianos mudaram sua ação após o Concílio Vaticano II. Educação, num sentido original, é característica também da sociedade indígena. A língua passou a ser introduzida na escola, o que consistiu na alfabetização em língua indígena por intermédio de professores indígenas formados na mesma missão e na produção de materiais didáticos,

sempre com a grande preocupação de tornar a escola, principal instrumento de perda da língua e da cultura tradicional, um instrumento de sua recuperação. Esse é talvez o maior desafio para a presença dos missionários salesianos em terras indígenas, pois reverter essa mentalidade impregnada de estereótipos exigiu que eles prestigiassem os índios mais velhos como mestres da vida, da mitologia, dos cantos, dos sonhos, da unidade e da sobrevivência desse povo enquanto grupo étnico. Não há ninguém melhor que os próprios índios para expressar a complexidade cultural, social e emocional que envolve a cosmologia de um povo, o que só é possível na língua vivenciada num processo cuja experiência é acumulada por muitas gerações. Cotidianamente, a educação tradicional se dá por toda a vida da pessoa: a educação acontece pela vida e para a vida. A educação se dá através do tempo e do espaço. Aprendem com os mais velhos, pois os princípios aprendidos com eles interferem nos estágios e etapas de aprendizados comuns na formação moral, intelectual e social.

Semelhante desafio surge igualmente no campo da assistência sanitária, com a qual os missionários estão também comprometidos, no campo do desenvolvimento e do progresso a que os índios têm não menos direito como qualquer outro cidadão. O mundo dos meios de comunicação social desafia não somente os índios, mas toda a sociedade de um modo geral, induzindo, por propaganda e outros mecanismos, ao consumismo, à desintegração da sociedade para assumirem os novos modelos de vida impostos por estes meios.

A partir da década de 70, quando muitas comunidades passaram a lutar no campo das leis, das idéias, dos discursos, a escola passou a ter uma utilidade concreta: tornou-se um dos meios de conscientização na conquista dos direitos. A escola pode ser um lugar onde se aprende a ler – letras, leis e realidades –, a escrever – cartas, denúncias e relatos de violência – e a conhecer melhor o funcionamento da sociedade não-índia. Essas possibilidades novas, para a escola, fazem germinar a vontade de transformá-la, de construir uma educação escolar específica e diferenciada, que respeite as formas próprias de pensar dos povos indígenas, suas sabedorias, suas visões de mundo e que coloque também à sua disposição as conquistas da ciência, necessárias à vida cotidiana, ao desenvolvimento e aos embates políticos.

Estudos antropológicos, organizações não-governamentais e os meios de comunicação chamaram a atenção do mundo sobre os povos indígenas e a necessidade de resgatar e valorizar as suas culturas. As pesquisas etnográficas realizadas entre os Bororo, desde o início e que hoje se apresentam com a obra monumental da Enciclopédia Bororo, e aquelas realizadas igualmente entre os Xavante, que hoje apresentam etnografias de elevado valor, adquiriram maior significado para a prática da transformação dos missionários dentro da escola.

A escola, normalmente veículo do sistema social e econômico em vigor, tornou-se uma necessidade para os próprios índios como agentes ativos, visando relacionarem com o mundo envolvente. A escola promovida nas comunidades indígenas terá que garantir a sobrevivência de cada grupo como cultura, seu sistema educacional, seus valores étnicos próprios e terá que incrementá-los, ao mesmo tempo em que oferece informação sobre o mundo mais amplo, seus sistemas sociais e econômicos que, querendo ou não, entram em contato com os índios. Terá que ser uma escola do índio e não só uma escola para o índio. Eis o grande desafio.

Com esse intuito, foi criado em 1987, por iniciativa da Coordenadoria de Educação de Primeiro e Segundo Grau, ligada à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), o Núcleo Escolar Indígena de Mato Grosso (NIE-MT), caracterizado como um fórum de discussões, sem caráter oficial, entre as diversas instituições (Secretaria de Estado de Educação, Fundação Educar, Museu Rondon, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Conselho Indigenista Missionário – CIM, Operação Amazônia Nativa – OPAN, Missão Salesiana de Mato Grosso – MSMT e coordenadoria de Assuntos Indígenas do estado de Mato Grosso – CAEIMT) com a finalidade de otimizar os recursos humanos e financeiros, garantindo a participação das comunidades e representantes indígenas para traçar em conjunto as diretrizes da política de educação indígena no Estado (MATO GROSSO, 1995).

Tal política pressupõe a disposição dos agentes públicos, da sociedade civil e das comunidades indígenas em particular para a co-produção de programas manifestos em projetos concretos, cuja execução é definida em fóruns paritários e interinstitucionais de deliberação colegiada, instituindo-se por meio do Decreto Estadual nº 265/95, o Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - CEI/MT. Este Conselho de composição pluriétnica e multi-institucional, teve como tarefa fomentar as discussões em torno da educação escolar indígena com o objetivo de consolidar uma política de educação escolar indígena diferenciada.

Um primeiro diagnóstico da realidade escolar, solicitado pelo conselho e realizado juntamente com as comunidades indígenas, apontou como prioridade a formulação de um programa de formação de professores que viesse atender à demanda educacional nas escolas das aldeias. Complementarmente, foram indicadas também outras prioridades, como o acompanhamento pedagógico, implantação e manutenção da rede física, contratação dos professores, fornecimentos de materiais didáticos e merenda escolar diferenciada etc.

Para atender às características geoculturais dos povos indígenas localizados em Mato Grosso, o Programa de Formação foi concebido e está sendo implementado a partir de projetos educacionais específicos, convergentes com as suas necessidades e interesses concretos.

Assim, elaborou-se inicialmente o Projeto Tucum com o objetivo de capacitar e habilitar professores índios em nível de magistério, que atuavam ou iriam atuar em suas comunidades. Ele veio ao encontro com uma prática da Escola Indígena Estadual de 1º e 2º Grau “São José”, dirigida por salesianos, que, a partir de 1993, começou a oferecer o curso do magistério de acordo com o Decreto nº 3.265, de 23 de julho de 1993. A caminhada educacional do povo Xavante aos moldes da “civilização branca” propiciou uma estrutura escolar organizada em Sangradouro, que vem a exigir respostas ao próprio processo educativo de avanço. O desenvolvimento, o crescimento, a evolução fazem parte da natureza da educação.

O Projeto Tucum Pólo, no qual os missionários colaboraram em Sangradouro, já formou mais de 70 professores indígenas, entre eles vários da etnia Xavante. Foram três cursos que permitiram que professores Xavante estivessem presentes em muitas aldeias das demais reservas, com suas escolas. O Curso de Magistério cumpriu sua função em Sangradouro.

Como resposta concreta, Sangradouro tornou-se um referencial, pois é uma área indígena que oferece facilidade de acesso a outras aldeias Xavante, não só pelas estradas federais, estaduais, mas também pelas estradas abertas e conservadas pela Missão Salesiana de Mato Grosso, através do projeto AMA – Ajuda Mecânica Ambulante.

Nos últimos anos, surgiu uma questão muito especial: o atendimento à saúde, sobretudo nas aldeias distantes das missões, com um outro grande desafio: a falta de água potável nos meses prolongados da seca, como também a água poluída no tempo de chuva. Aqui entraram novamente em parceria MSMT, a Secretaria Estadual de Educação e a Comunidade Indígena. Como primeira iniciativa, abriu-se um novo curso de formação de Técnicos de Enfermagem, ao nível de 2º grau.

Outra iniciativa partiu dos missionários responsáveis pelo projeto AMA, que consistiu no projeto de perfuração de poços, antes superficiais, e agora, com uma poderosa perfuradora doada por ONGs da Alemanha, poços de até cento e dez metros de profundidade. O curso de formação de Técnicos de Enfermagem desdobrou-se no Projeto Xamá, um curso de formação de Auxiliares de Enfermagem, novamente com a colaboração da MSMT.

Nessas regiões ainda pouco tocadas pelo “progresso” do mundo moderno, esse projeto veio ao encontro da medicina farmacêutica que, além de ser dependente do sistema comercial, não ao alcance das populações indígenas, não representa solução ordinária, sobretudo em tempos de crise como no atual momento histórico do Brasil. A medicina preventiva torna-se indispensável para garantir dias mais saudáveis aos índios. A medicina tribal, de comprovada validade, merece aprofundamento, para prestar mais serviços às comunidades indígenas. O soro antiofídico, por exemplo, tornou-se dispensável diante de vigorosos medicamentos nativos, manipulados pela comunidade Xavante.

A educação indígena hoje

A educação para os Xavante, desenvolvida há décadas pela Missão-Escola-Salesiana com o objetivo de civilizar mediante o cristianismo, atingiu sua meta, graças a mobilização indígena, na perspectiva de uma educação escolar Xavante com professores indígenas e escolas autônomas.

Através do decreto da presidência da República (nº 26/91), ocorreu a transferência de responsabilidade e de coordenação das iniciativas educacionais em Terras Indígenas do órgão indigenista (FUNAI) para o Ministério da Educação, em articulação com as secretarias estaduais de educação, o que responde em muito pelas alterações ocorridas neste setor.

Segundo informações do MEC, essa transferência abriu a possibilidade para que as escolas indígenas fossem incorporadas aos sistemas de ensino do país, e, desde então, “monitores bilingües” fossem formados e respeitados como profissionais da educação e o atendimento das necessidades educacionais indígenas fossem tratado enquanto política pública, responsabilidade do Estado. Encerrava-se, assim, um ciclo, marcado pela transferência de responsabilidades do órgão indigenista para missões religiosas, no atendimento das necessidades educacionais indígenas.

A partir do ano 2001, com a implementação da Escola Ciclada, pela Secretaria de Estado de Educação, o ensino fundamental em Mato Grosso foi ampliado para 9 anos, passando a atender crianças dos 6 aos 15 anos de idade, o que é a escola hoje.

A Escola Ciclada é a nova maneira das escolas públicas estaduais se organizarem. A antiga organização de 1ª a 8ª série deu lugar aos ciclos de aprendizagem. Seu objetivo é manter as crianças e os jovens na escola, aprendendo cada vez mais. O Ensino Fundamental foi estruturado em três ciclos de aprendizagem e cada um deles tem duração de três anos.

Conforme as orientações da SEDUC, o processo de implantação está sendo gradativo. As turmas de cada fase estão sendo formadas agrupando-se os alunos a partir de critérios tais como: idade, escolaridade, desenvolvimento social, histórico, cultural, afetivo e cognitivo. A implantação da Escola Ciclada requer um cuidadoso planejamento de matrícula. Como a sala de aula não é mais o único espaço usado para a aprendizagem o pátio, a quadra, a biblioteca e finalmente toda a aldeia, com todo o seu modo de viver tornaram-se palco de aprendizado. Mas a Escola Ciclada não reorganiza apenas as turmas: ela prevê mudanças no currículo, na maneira de ensinar, na relação professor-aluno, na organização dos tempos e espaços e na forma de avaliar os alunos.

Essa proposta pedagógica está de acordo com uma das formulações oficiais a respeito dos educadores indígenas no que se referem ao currículo e à formação

especializada de índios como professores. Merecem reflexão e propõem uma integração entre ensino e pesquisa, objetivando conhecimentos pedagógicos, antropológicos, lingüísticos etc., que servirão para demonstrar as diferentes realidades curriculares vivenciadas pelas comunidades em várias regiões do país.

Quanto à educação Escolar Indígena Bilíngüe e Intercultural, trata-se de um processo social permanente, participativo, organizado, flexível e dinâmico, baseado no direito à livre expressão, fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas e no contato com as sociedades nacionais, plurilíngües e multiétnicas, como no Brasil. É indígena, porque advém das necessidades, interesses e aspirações das comunidades indígenas. É bilíngüe, por fundamentar-se na variedade e na diversidade lingüística de nosso país - de dimensão pluribilíngüe, oportunizando que estudantes indígenas tenham direito de desenvolvimento da língua materna, concomitantemente com a língua nacional. É intercultural, por afirmar o desenvolvimento do aluno em seu próprio hábitat e, ao mesmo tempo, adquirir conhecimentos culturais e científicos de outras sociedades.

Segundo o antropólogo Grupioni (2003, p. 197), hoje não mais se discute se os índios têm ou não que ter escola, mas sim que *tipo* de escola:

A educação escolar indígena virou uma pauta política relevante dos índios, do movimento indígena e de apoio aos índios. Deixou de ser uma temática secundária, ganhou importância à medida que mobiliza diferentes atores, instituições e recursos. Encontros, reuniões e seminários têm se tornado recorrentes para a discussão da legislação educacional, de propostas curriculares para a escola indígena, de formação de professores índios, do direito de terem uma educação que atenda a suas necessidades e seus projetos de futuro.

Atualmente, de acordo com o Censo Escolar 2003, realizado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC), há no país 2.079 escolas indígenas com cerca de 147 mil estudantes. A maioria (91%) está matriculada no ensino fundamental e concentrada nas primeiras séries. Mais 61,9% das escolas estão na região Norte do país. De todas elas, 1.059 estão vinculadas às secretarias municipais de educação e 993 às estaduais. Há ainda outras ligadas a projetos especiais e três pertencem ao governo federal. A grande maioria dos professores é de origem indígena.

Para Bandeira (s/d), uma questão problemática é que aos professores índios transfere-se o encargo de articular as macro e micro-políticas educacionais, acrescentando-lhe a tarefa pedagógica de socialização da autoridade local em

itinerários plurais de gestão e os programas de formação de professores índios assumem, com eles, os riscos e as dificuldades dessas tarefas.

Diferentemente do passado, hoje há livros, cartilhas em língua indígena e professores indígenas, como atestam os dados acima. São conquistas importantes, mas não suficientes para remontar a corrente da perda da alteridade e recuperar as diferenças, segundo Melià (1999). Há professores indígenas, mais jovens, que não tiveram uma educação tradicional, ao contrário, às vezes até foram educados num ambiente de hostilidade contra os próprios costumes tradicionais. Sabem a língua, mas já perderam, em muitos casos, o sentido das palavras e as expressões mais arcaicas.

A partir de 1895, segundo Azzi (1999), os salesianos estão presentes em terras mato-grossenses levando educação aos índios. Entre muitos erros e acertos, caberia agora, em função do conhecimento que eles têm dos costumes, hábitos e histórias das comunidades indígenas, auxiliar os educadores e os próprios professores indígenas por eles formados a tornar efetiva uma escola indígena autônoma, estabelecendo um diálogo entre o tempo passado e o presente.

A escola foi um dos elementos de um campo de relações que se estabeleceu entre a chamada sociedade nacional e povos indígenas, se originando e se situando por muito tempo no contexto do contato interétnico, por isso a educação escolar é um importante foco de atenção, de reflexão, campo de estudo e de pesquisa.

A educação escolar Xavante caracteriza-se pelos vários momentos que esteve direta e parcialmente ligada ao movimento religioso salesiano da igreja católica. Foi por intermédio da educação escolar que os padres intensificaram a atuação no ensino com o povo Xavante. A escola foi utilizada como veículo indispensável de construção para o processo educacional.

A religião e a educação andaram de mãos dadas, construindo uma educação forte com a participação do próprio povo Xavante, em que logo de princípio pensou-se em formas de registrar os conhecimentos para posteriormente aplicá-los no ensino escolar para os jovens e a crianças da comunidade. Esse povo tem o direito de conhecer o passado histórico, suas tradições, suas crenças, assim como o processo atual no qual está inserido, e a escola indígena o dever de propiciar a estas pessoas, estudantes ou não, este conhecimento, pois diz respeito à sua identidade.

Referências

- AZZI, R. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil**: Cem anos de História. São Paulo: Cisbrasil, 1999.
- BANDEIRA, M. de L. Formação de professores índios: limites e possibilidades. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/publicacoes_indigena.htm>. Acesso em: 03/03/2004
- BIGIO, E. S. **Cândido Rondon**: a integração nacional. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000.
- CAMARGO, D.M.P. e ALBUQUERQUE, J.G. Projeto Pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 61, dez. 2003.
- CAMARGO, G. O. **Meruri na visão de um ancião Bororo**. Campo Grande: UCDB, 2001.
- CUNHA, M. C. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CORAZZA, J. **Esboço Histórico da Missão Salesiana de Mato Grosso**. Campo Grande: MSMT, 1995.
- DUROURE, J. **Dom Bosco em Mato Grosso**. Campo Grande: MSMT, 1977.
- GIACCARIA, G. e HEIDE, A. **Xavante. Auwe Uptabi**: Povo Autêntico. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1972.
- GRUPIONI, L. D. B.(Org.) Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil. **EM ABERTO**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais. v. 20, n. 76, fev.2003.
- LACHNITT, J.; MACIEL, J.B. (Coords.) **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**, Campo Grande: MSMT-UCDB, 1996.
- LACHNITT, J. Pastoral Amazônica. In: SEMANA DE ESTUDOS MISSIONÁRIOS. Campo Grande - MS, 5-10 de setembro de 1988, p. 45.
- MATO GROSSO (Estado). **Indicadores das escolas indígenas de Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1995.
- MATOS, H. C. J. **Nossa história**: 500 anos de presença da Igreja Católica no

Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001. Coleção Igreja na História em 3 tomos.

MAYBURRY-LEWIS, D. **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MELIÀ, B. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 49, dez. 1999.

MENEZES, C. **Missionários e Índios em Mato Grosso**: os Xavante da reserva de São Marcos. 1985. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de São Paulo.

ORLANDI, E. **Palavra, fé e poder**. Campinas, Pontes, 1987.

PRÓSPERO, D. Publicação analisa relação dos povos indígenas com a educação no Brasil. Disponível em: <<http://www.setor3.com.br>>. Acesso em: 03/03/2005.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

Recebimento em: 10/05/2005.

Aceite em: 20/05/2005